

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Cemig Geração Oeste S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	8
 BALANÇOS PATRIMONIAIS	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	11
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	14
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	15
1. CONTEXTO OPERACIONAL	15
2. BASE DE PREPARAÇÃO	16
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	18
4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	18
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	19
6. IMOBILIZADO	19
7. INTANGÍVEL.....	20
8. FORNECEDORES	21
9. TRIBUTOS	21
10. PROVISÕES	22
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22
12. RECEITA.....	24
13. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS.....	24
14. CUSTOS GERENCIÁVEIS	25
15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	25
16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	26
17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	27
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	29
19. NOTAS DE CONCILIAÇÃO.....	31
20. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO	35
 TERMO DE RESPONSABILIDADE	38

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Oeste S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A CEMIG GERAÇÃO OESTE

A Cemig Geração Oeste S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) Cajurú, Gafanhoto e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

Capacidade instalada

Central Gerada	Capacidade instalada (MW)
Cemig Geração Oeste S.A.	28,9

Parque gerador – Características físicas

Usina	Potência Total (MW)	Garantia Física Total (MW)	Tipo de Usina	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
PCH CAJURÚ	7,2	2,69	PCH	1959	03/01/2053
PCH GAFANHOTO	14	6,68	PCH	1946	04/01/2046
PCH MARTINS	7,7	1,84	PCH	1947	04/01/2046

Garantia física realizada e esperada

Usina	2022 Realizado	2023 Realizado	2024	2025	2026	2027	2028
PCH CAJURÚ	2,69	2,69	2,69	2,69	2,69	2,69	2,69
PCH GAFANHOTO	6,68	6,68	6,68	6,68	6,68	6,68	6,68
PCH MARTINS	1,84	1,84	1,84	1,84	1,84	1,84	1,84

Modelo de negócio e condições no ACR

Usina	Modelo de negócio em 31/12/2022	Preço no ACR em 01/01/2023	Data e índice de reajuste no ACR
Integral			
PCH CAJURÚ	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$6.356 mil	(1)
PCH GAFANHOTO	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$12.644 mil	(1)
PCH MARTINS	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$5.443 mil	(1)

(1) Reajuste pelo IPCA em 06/2022, atualização dos custos de transmissão em 06/2022, previsto no Edital do Leilão que determina que após primeiro ano, 70% da energia comercializada em regime de cotas de garantia física, e 30% da energia comercializada livremente pelo detentor da concessão.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 era de R\$60.595 mil, subscrito e integralizado, dividido em 60.595.484 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2024, a hidrologia verificada voltou a ficar próxima das piores já observadas na história, considerando o período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluenta (ENA) ficou em 76% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (69% MLT), Nordeste (57% MLT) e Norte (67% MLT) foram os mais impactados. A região Sul apresentou uma hidrologia elevada, de 133% MLT, oriunda do efeito do fenômeno EL Niño durante o primeiro semestre de 2024.

Apesar do cenário hidrológico bastante adverso, o armazenamento se manteve ao longo do ano em um patamar elevado frente aos últimos anos de baixa hidrologia. No final do período úmido (abril) o armazenamento estava em 75% no SIN, junto ao grupo de anos de maior armazenamento. No ponto mais baixo o armazenamento não ultrapassou 44%. Esse efeito ocorre pela sobre-oferta de energia do sistema e as restrições hidráulicas estabelecidas pelo ONS/ANA.

O PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) de 2024 teve dois momentos distintos. No primeiro semestre os PLDs ficaram próximos ao mínimo regulatório (R\$61,07/MWh), já no segundo semestre, apesar do bom armazenamento, os preços apresentaram forte elevação dado a baixa 14 hidrologia verificada e chegaram a R\$480/MWh em outubro. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,87, sendo o maior verificado em abril (1,04) e o menor em setembro (0,73).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 23 de abril de 2024, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2024 a fevereiro de 2025. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras e usinas cotistas foi de 7,56% (7,26% em 2023).

Em 27 de março de 2025, foi publicado pela ANEEL o WACC de 7,91%, vigente no período de março de 2025 a fevereiro de 2026 para o segmento de geração.

INVESTIMENTOS

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, a Cemig Geração Oeste S.A., realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2024, a companhia investiu R\$ 8.499 mil, desse montante destacam-se os seguintes investimentos:

Usina	Investimentos
Gafanhoto	Obra de adequação da capacidade da vertente
Martins	Aquisição de Disjuntores

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um resultado regulatório de R\$12.835 mil em 2024, comparado ao resultado de R\$14.537 mil em 2023.

Receita

A Cemig Geração Oeste S.A. é concessionária de geração de energia elétrica nas PCHs Cajurú, Gafanhoto e Martins, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 16/2016 – ME – PCHs Cajurú, Gafanhoto e Martins, celebrado em 8 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

Fornecimento bruto de energia elétrica

A Cemig Geração Oeste S.A. tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A receita de fornecimento bruto de energia elétrica reconhecida em 2024 foi de R\$30.499 mil, comparada a R\$29.046 mil em 2023.

A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando das distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Desde janeiro de 2017, sua RAG foi reduzida em 30%, passando este percentual de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$15.541 mil em 2024 (R\$13.744 mil em 2023), dos quais R\$3.877 mil referem-se aos custos não gerenciáveis (R\$3.191 mil em 2023) e R\$11.664 mil referem-se aos custos gerenciáveis (R\$10.553 mil em 2023).

Imposto de renda e contribuição social

Em 2024, a Companhia apurou despesas referentes ao Imposto de renda e contribuição social no montante de R\$1.469 mil (R\$1.753 mil em 2023), representando 7,58% (8,38% em 2023) em relação ao resultado societário de R\$19.378 mil (R\$20.917 mil em 2023) antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Apresentamos, abaixo, o cálculo do LAJIDA referente ao exercício de 2024 e 2023. Destacamos que a margem LAJIDA foi de 55,45% em 2024 (58,60% em 2023).

	2024	2023	Var. %
Resultado regulatório	12.835	14.537	(11,71)
Despesa com IR e CS	1.469	1.753	(16,20)
Resultado financeiro	(1.252)	(2.517)	(50,26)
Amortização e depreciação	2.803	2.352	19,18
LAJIDA ⁽¹⁾	15.855	16.125	(1,67)

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações contábeis regulatórias, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2025 que, a seguinte proposta de destinação de resultado societário do exercício de 2024, no montante de R\$17.909, seja dada a seguinte destinação:

- R\$895 para constituição de reserva legal;
- R\$8.507 para pagamento de dividendos obrigatórios; e
- R\$8.507 sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2024, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a

população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONS- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2024 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2024, foram executados:

- 07 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHs: Tronqueiras e Poço Fundo e para as UHEs: Nova Ponte, Peti (em parceria com a VALE- Mina Brucutu), Cajuru, Salto Grande, Itutinga/Camargos, envolvendo 11 municípios envolvendo cerca 600 pessoas;
- 14 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado;
- 14 Relatórios de Revisão e Atualização dos PLANCONS-Planos de Contingência Municipais para municípios da ZAS das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo,

Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado para 23 municípios;

- 20 Simulados Restritos/Individuais executados em 28 Pontos de Encontro nas ZAS das UHEs: Machado Mineiro, Irapé, Teodomiro Carneiro Santiago (Emborcação) e Três Marias envolvendo cerca de 200 pessoas evacuadas em 07 municípios.

Ainda em 2024, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Nova Ponte, Irapé e Queimado. Os eventos contaram com a participação de cerca de 128 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Cíveis Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Oeste é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Cemig Geração Oeste S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Geração Oeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Cemig Geração Oeste S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Cemig Geração Oeste S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Cemig Geração Oeste S.A preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 30 de junho de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos Auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

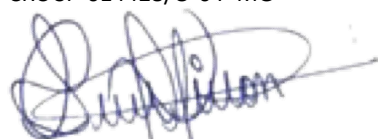
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.159	2.542
Investimentos temporários	4	8.572	5.349
Consumidores e revendedores	5	3.239	2.503
Tributos compensáveis		5	43
Outros ativos		20	99
		16.995	10.536
Ativos de operações descontinuadas			
Bens destinados à alienação	20	13.690	-
TOTAL DO CIRCULANTE		30.685	10.536
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos temporários	4	2.947	-
Tributos compensáveis		255	229
Imobilizado	6	57.734	56.723
Intangível	7	35.444	44.370
Direito de uso		274	409
Outros ativos		43	70
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		96.697	101.801
ATIVO TOTAL		127.382	112.337

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	4.781	3.033
Encargos setoriais		89	237
Impostos, taxas e contribuições	9	684	542
Imposto de renda e contribuição social	16	89	121
Dividendos a pagar	11	8.507	-
Convênio de compartilhamento	17	197	174
Passivo de arrendamento		89	92
Outras obrigações		52	51
TOTAL DO CIRCULANTE		14.488	4.250
NÃO CIRCULANTE			
Encargos setoriais		706	409
Impostos, taxas e contribuições	9	705	614
Imposto de renda e contribuição social	16	729	506
Passivo de arrendamento		209	334
Outras obrigações		23	30
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.372	1.893
TOTAL DO PASSIVO		16.860	6.143
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
Capital social		60.595	60.595
Reservas de lucros		49.927	45.599
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		110.522	106.194
PASSIVO TOTAL		127.382	112.337

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA BRUTA	12a	30.499	29.046
Fornecimento de energia elétrica		-	259
Suprimento de energia elétrica		27.469	20.748
Energia elétrica de curto prazo		3.020	478
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		10	7.561
TRIBUTOS	12b	(1.283)	(1.106)
PIS/Pasep		(219)	(193)
Cofins		(1.013)	(865)
ICMS		(51)	(48)
ENCARGOS	12b	(623)	(423)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(285)	(230)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH		(234)	(140)
Taxa de Fiscalização Serviço de Energia Elétrica – TFSEE		(104)	(53)
RECEITA LÍQUIDA	12	28.593	27.517
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS	13	(3.877)	(3.191)
Encargos de uso da rede de distribuição		(3.874)	(2.951)
Energia elétrica comprada para revenda		(3)	(240)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		24.716	24.326
CUSTOS GERENCIÁVEIS		(11.664)	(10.553)
Pessoal e administradores	14a	(554)	(408)
Materiais		(304)	(335)
Serviços de terceiros	14b	(7.940)	(7.167)
Depreciação e amortização		(2.724)	(2.287)
Amortização do direito de uso		(79)	(65)
Outros custos operacionais		(63)	(291)
RESULTADO DA ATIVIDADE		13.052	13.773
Resultado financeiro	15	1.252	2.517
Receitas financeiras		1.346	2.719
Despesas financeiras		(94)	(202)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		14.304	16.290
Despesa com tributos sobre o lucro	16	(1.469)	(1.753)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		12.835	14.537

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO	12.835	14.537
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	12.835	14.537

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	60.595	31.062	-	91.657
Resultado do exercício	-	-	14.537	14.537
Outras mutações no Patrimônio Líquido:				
Absorção de prejuízos regulatórios	-	(4.627)	4.627	-
Constituição de reservas:				
Reserva legal	-	958	(958)	-
Reserva de retenção de lucros	-	9.103	(9.103)	-
Reserva especial - Dividendos obrigatórios	-	9.103	(9.103)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	60.595	45.599	-	106.194
Resultado do exercício			12.835	12.835
Outras mutações no Patrimônio Líquido:				-
Absorção de prejuízos regulatórios		(5.074)	5.074	-
Constituição de reservas:				-
Reserva legal		895	(895)	-
Dividendos obrigatórios			(8.507)	(8.507)
Reserva de retenção de lucros		8.507	(8.507)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	60.595	49.927	-	110.522

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	12.835	14.537
Ajustes por:		
Amortização e depreciação (Notas 6 e 7)	2.724	2.287
Amortização do direito de uso	79	65
Imposto de renda e contribuição social (Nota 16)	1.469	1.753
Juros passivo de arrendamento	23	26
Juros e variações monetárias (Nota 4)	(1.139)	(2.555)
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	(10)	(7.561)
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	-	(60)
	15.981	8.492
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores (Nota 5)	(736)	(32)
Serviços em curso	(1)	205
Tributos compensáveis	(192)	(475)
Outros ativos	163	(37)
	(766)	(339)
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 8)	1.748	(4.603)
Tributos (Nota 9)	233	(277)
Encargos setoriais	149	(36)
Convênio de compartilhamento (Nota 17)	23	1
Outras obrigações	(75)	402
	2.078	(4.513)
Caixa gerado nas atividades operacionais	17.293	3.640
Imposto renda e contribuição social pagos (Nota 16)	(1.074)	(1.876)
Juros recebidos (Nota 4)	839	2.418
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	17.058	4.182
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	(22.342)	(18.261)
Resgates de Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	16.472	42.579
No imobilizado e no intangível (Notas 6 e 7)	(8.499)	(30.970)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(14.369)	(6.652)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Arrendamentos pagos	(72)	(82)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(72)	(82)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.617	(2.552)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.542	5.094
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	5.159	2.542

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1 de fevereiro de 2016, foi constituída a Cemig Geração Oeste S.A, sociedade anônima, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT") e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig"). A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.842/2016, formalizando a transferência da concessão das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins da Cemig GT para a Cemig Geração Oeste S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 16/2016 – MME, ocorrida em 8 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A Cemig Geração Oeste (PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins) possui 28,90 MW de potência instalada e 11,21 MW médios de Garantia Física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.225, de 18/07/2023. Em 2024, cerca de 30% da garantia física da Companhia foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Seguem apresentados no quadro abaixo os prazos das concessões da Companhia.

Usina	Fim da concessão
Cajurú	01/2053
Gafanhoto	01/2053
Martins	01/2053

Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o aditivo ao contrato de concessão dessas usinas, para constar a nova data de vigência da outorga.

A Cemig Geração Oeste S.A., via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, incluindo as alterações trazidas pelas Resoluções Normativas nºs 814/2018 e 933/2021.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras regulatórias distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 30 de junho de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, conforme detalhado na nota explicativa nº 18.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 e 12 – Consumidores e revendedores (fornecimento não faturado de Energia Elétrica);
- Nota 6 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 7 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 10 – Provisões (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos);
- Nota 18 – Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração do valor justo);
- Nota 20 – Bens destinados à alienação (mensuração do valor justo).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Políticas contábeis regulatórias materiais

As políticas contábeis regulatórias materiais utilizadas são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

a) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes à bonificação pela outorga. São mensurados pelo custo incorrido na data da sua aquisição ou formação, menos as despesas de amortização, que quando aplicável é calculada pelo método linear.

b) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo

método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de geração de energia elétrica, ajustadas em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

A principal taxa está demonstrada na nota explicativa nº 6 das demonstrações contábeis regulatórias. Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada, nos contratos de concessão com esta previsão. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos nas demonstrações do resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxas médias a.a.%		2024	2023
		2024	2023		
Contas bancárias				44	16
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários	CDI	98,0	98,0	1.629	100
Overnight	Pré-fixada	11,91 a 12,15	11,42 a 11,65	3.486	2.426
TOTAL				5.159	2.542

Estão divulgados na nota explicativa nº 18 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e (ii) as políticas contábeis materiais.

4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	Indexador	Taxas médias a.a.%		2024	2023
		2024	2023		
Circulante					
Certificado de Depósitos Bancários			103 a 104,3	-	508
Letras Financeiras - Bancos	CDI	104,2 a 112,0	108,6 a 111,98	6.119	3.282
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	12,41 a 12,45	11,83 a 11,85	1.586	1.480
Debêntures	TR+CDI	TR + 1 a 122,90 CDI	TR+1 a118,69 CDI	109	54
Fundos vinculados				758	25
				8.572	5.349
Não circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	104,2 a 112,0	-	2.947	-
				2.947	-
				11.519	5.349

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18 destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Descrição	Valores correntes		Total 2024	Total 2023
	Corrente a vencer	Corrente vencida		
	Até 60 dias	Até 90 dias		
Fornecimento de energia	-	-	-	259
Fornecimento não faturado	-	-	-	259
Suprimento energia – Moeda nacional	225	531	756	(2)
Suprimento/ Encargo rede não faturado	2.483	-	2.483	2.246
TOTAL	2.708	531	3.239	2.503

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda significativa. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perdas.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 18 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

6. IMOBILIZADO

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2024			2023		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Geração		46.958	(1.442)	45.516	6.836	(906)	5.930
Custo histórico	4,12	46.958	(1.442)	45.516	6.836	(906)	5.930
Em curso							
Geração		12.218	-	12.218	50.793	-	50.793
TOTAL AIS + AIC		59.176	(1.442)	57.734	57.629	(906)	56.723

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em serviço	Valor bruto em 31/12/2023	Transferências/ Capitalizações (A)	Classificado como mantido p/ venda (B)	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas = (A) + (B)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Geração								
Reservatórios, barragens e adutoras	524	42.844		43.368	42.844	(774)	42.594	520
Máquinas e equipamentos	5.590	20	(2.322)	3.288	(2.302)	(633)	2.655	4.750
Edificações, obras civis e benfeitorias	722	78	(498)	302	(420)	(35)	267	660
Subtotal	6.836	42.942	(2.820)	46.958	40.122	(1.442)	45.516	5.930

Ativo Imobilizado em curso	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Transferências/ Capitalizações (B)	Classificado como mantido p/ venda (C)	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas = (A) + (B) + (C)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Geração									
Máquinas e equipamentos	2.948	2.373	(21)	(3.092)	2.208	(740)	-	2.208	2.948
Outros ⁽¹⁾	47.845	6.121	(42.921)	(1.035)	10.010	(37.835)	-	10.010	47.845
Subtotal	50.793	8.494	(42.942)	(4.127)	12.218	(38.575)	-	12.218	50.793
Total do ativo Imobilizado	57.629	8.494	-	(6.947)	59.176	1.547	(1.442)	57.734	56.723

(1) Refere se substancialmente a reformas das comportas da UHE Gafanhoto e investimentos nas comportas e barragens da UHE Martins.

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Materiais/ equipamentos	Serviços de terceiros	Total
Máquinas e equipamentos	826	1.547	2.373
Outros	12	6.109	6.121
Total das adições	838	7.656	8.494

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. Em 2024, a taxa média de depreciação anual foi de 3,66% (3,93% em 2023).

7. INTANGÍVEL

Ativo Intangível	2024			2023		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Geração	51.613	(16.174)	35.439	58.530	(14.160)	44.370
Bonificação pela outorga	51.379	(16.148)	35.231	58.296	(14.142)	44.154
Extensão da concessão	234	(26)	208	234	(18)	216
Em curso	5	-	5	-	-	-
Total do Ativo Intangível	51.618	(16.174)	35.444	58.530	(14.160)	44.370

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

Intangível – R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2023	Adição (A)	Classificado como mantido p/ venda (B)	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas = (A) + (B)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Em serviço								
Geração	58.530	-	(6.917)	51.613	(6.917)	(16.174)	35.439	44.370
Bonificação pela outorga	58.296	-	(6.917)	51.379	(6.917)	(16.148)	35.231	44.154
Extensão da concessão	234	-	-	234	-	(26)	208	216
Em curso	-	5		5	5	-	5	-
Total do Ativo Intangível	58.530	5	(6.917)	51.618	(6.912)	(16.174)	35.444	44.370

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros, baseando-se em premissas internas da Companhia.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Oeste				
Cajuru	234	05/01/2046	7,0	03/01/2053

8. FORNECEDORES

	2024	2023
Suprimento e transporte de energia	149	40
Materiais e serviços	4.632	2.993
TOTAL	4.781	3.033

Os materiais e serviços apresentados compreendem, principalmente, mão de obra e materiais para manutenção e conservação das PCHs.

9. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições sociais

	2024	2023
Circulante		
ICMS	5	46
Cofins	59	57
PIS/Pasep	13	12
INSS	482	380
ISSQN	102	26
Outros	23	21
	684	542
Não circulante		
Cofins	567	499
PIS/Pasep	138	115
	705	614
TOTAL	1.389	1.156

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2024	2023
Circulante		
Imposto de renda	14	79
Contribuição social	75	42
	89	121

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	2023
Não circulante		
Imposto de renda	472	345
Contribuição social	257	161
	729	506

10. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não é parte em processos cuja expectativa de perda seja considerada provável, baseada na avaliação de seus assessores legais.

Os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível, são constituídos: pelas ações tributárias, no montante de R\$17 (R\$16 em 31 de dezembro de 2023), decorrentes da cobrança de crédito tributário a título de Imposto Territorial Rural (ITR), de 2020, da Usina de Martins; pelas ações trabalhistas, no montante de R\$272 (R\$246 em 31 de dezembro 2023), as quais versam sobre pagamento de acúmulo de função.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Capital Social da Companhia é de R\$60.595, subscrito e integralizado, dividido em 60.595.484 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

a) Reservas

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de lucros	2024	2023
Reserva legal	7.652	6.757
Reserva de retenção de lucros	85.839	77.332
Absorção de prejuízos regulatórios	(43.564)	(38.490)
	49.927	45.599

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$895 de Reserva Legal em 2024 (R\$958 em 2023), correspondendo a 5,00% do lucro líquido societário do exercício, ajustado conforme a legislação.

Reserva especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva especial, parcela do lucro societário do exercício, no montante de R\$9.103 em 2023, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo, dessa forma, o saldo da reserva de retenção de lucros.

Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido societário do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2024	2023
Dividendos obrigatórios		
Resultado societário do exercício	17.909	19.164
Reserva legal constituída (5%)	(895)	(958)
	17.014	18.206
 Dividendos obrigatórios (50%)	 8.507	 9.103
Retenção de lucros	8.507	9.103
Dividendos obrigatórios	8.507	9.103
Total dos dividendos	8.507	18.206

Destinação do Resultado de 2024 - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2025 que, a seguinte proposta de destinação de resultado societário do exercício de 2024, no montante de R\$17.909, seja dada a seguinte destinação:

- R\$895 para constituição de reserva legal;
- R\$8.507 para pagamento de dividendos obrigatórios; e
- R\$8.507 sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia.

12. RECEITA

	2024	2023
Fornecimento Comercial	260	2.012
Fornecimento não faturado - Industrial	-	259
Transações com energia na CCEE	3.020	478
Suprimento cotas - Geração própria	27.372	18.845
Suprimento não faturado (cotas) - Geração própria	(163)	(109)
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	10	7.561
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	30.499	29.046
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(1.906)	(1.529)
	28.593	27.517

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	Nº de consumidores (Não auditado)		MWh (Não auditado)		R\$ Mil	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	259
Suprimento faturado	83	77	62.088	63.317	27.372	20.857
Suprimento não faturado	-	-	-	-	(163)	(109)
Energia elétrica de curto prazo	-	-	-	-	3.020	478
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	-	-	-	-	10	7.561
Total	84	78	64.311	81.063	30.499	29.046

b) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2024	2023
Tributos sobre a receita		
ICMS	51	48
Cofins	1.013	865
PIS/Pasep	219	193
	1.283	1.106
Encargos do consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	80	64
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	114	92
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	57	46
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	104	53
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	234	140
CDE sobre P&D	34	28
	623	423
Total	1.906	1.529

13. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS

	2024	2023
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de curto prazo	3	240
Encargos de uso da rede de distribuição	3.874	2.951
	3.877	3.191

14. CUSTOS GERENCIÁVEIS

	2024	2023
Pessoal e administradores (a)	554	408
Materiais	304	335
Serviços de terceiros (b)	7.940	7.167
Depreciação e amortização	2.803	2.352
Outros custos e despesas operacionais líquidos	63	291
	11.664	10.553

a) Pessoal e administradores

	2024	2023
Pessoal		
Outros		
Convênio de compartilhamento	502	385
	502	385
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	41	21
Participação nos resultados	7	-
Benefícios dos administradores	4	2
	52	23
TOTAL	554	408

b) Serviços de terceiros

	2024	2023
Manutenção, conservação e instalações	6.343	5.450
Vigilância	419	400
Conservação e limpeza de prédios	51	10
Despesas com transporte	9	17
Meio ambiente	820	821
Tecnologia da informação	138	91
Auditoria externa	36	34
Outros	(2.440)	344
TOTAL	7.940	7.167

15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	1.282	2.619
Variações monetárias - Restituição a concessionárias	-	60
Outras receitas financeiras	64	40
	1.346	2.719
Despesas financeiras		
Juros passivo de arrendamento	(23)	(26)
Outras variações monetárias	(65)	(62)
Outras despesas financeiras	(6)	(114)
	(94)	(202)
Resultado financeiro líquido	1.252	2.517

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Operacional Bruta	30.511	30.511
ICMS ST	(51)	(51)
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	1.040	1.040
Outras Receitas Financeiras	53	53
Base de cálculo Lucro Presumido	3.530	4.748
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	529	427
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	329	0
IR e CS - Lucro Presumido	858	427
Rendas de aplicações	1.282	1.282
Rendas de aplicações resgatadas	1.040	1.040
Rendas Aplicações não resgatadas	242	242
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento Rendas	60	22
Receita por competência diferida	3.293	3.293
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	263	395
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido - Receita por competência	66	36
Corrente	858	427
Diferido	126	57

	2023	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	21.290	21.290
Percentual de Presunção	8%	12%
	1.703	2.555
Receita Financeira s/resgate efetivo aplicação	5.014	5.014
Outras Receitas Financeiras	10	10
Base de Cálculo - Lucro Presumido	6.727	7.579
Alíquotas	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	1.009	682
Adicional 10% valor superior a R\$240	649	-
IR e CS – Lucro Presumido	1.658	682
Rendas de aplicações	2.619	2.619
Rendas de aplicações resgatadas	(5.014)	(5.014)
Rendas aplicações não resgatadas	(2.395)	(2.395)
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos - Rendas Aplicações não resgatadas	(599)	(216)
Devolução Suprimento de Cotas	5.756	5.756
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	460	691
Alíquota	25%	9%

	2023	
	Imposto Renda	Contribuição Social
IR e CS - Diferimento Suprimento de Cotas	115	62
Receita por competência diferida	1.654	1.654
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	132	198
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido - receita por competência	33	18
Corrente	1.658	682
Diferido	(451)	(136)

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Cemig Distribuição	185	180	-	-	2.217	1.536	-	-

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Encargos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Encargos de distribuição								
Cemig Distribuição	-	-	149	-	-	-	(3.834)	(3.545)

Os encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

Convênio de compartilhamento

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Convênio de compartilhamento								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	120	-	-	-	(120)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	197	54	-	-	(573)	(396)
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	765	487	-	-	(2.564)	(3.237)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Dividendos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Cemig Geração e Transmissão	-	-	8.507	-	-	-	-	-

A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$8.507. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos dividendos estão presentes na nota explicativa nº 11.

FIC Pampulha

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Circulante								
Caixa e equivalentes	3.486	2.425	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	7.814	5.324	-	-	437	200	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	2.947	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	41	21
Participação nos resultados	12	5
Previdência privada	3	2
Total ⁽¹⁾	56	28

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2024		2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e revendedores	2	3.239	3.239	2.503	2.503
Investimentos temporários	2	-	-	-	-
		3.239	3.239	2.503	2.503
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	5.115	5.115	2.526	2.526
Investimentos temporários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	-	-	508	508
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	6.119	6.119	3.282	3.282
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	4.533	4.533	1.480	1.480
Debêntures	2	109	109	54	54
		15.876	15.876	7.850	7.850
		19.115	19.115	10.353	10.353
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	2	(4.781)	(4.781)	(3.033)	(3.033)
Passivo de arrendamentos		(298)	(298)	(426)	(426)
		(5.079)	(5.079)	(3.459)	(3.459)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2024 e 2023.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo

divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	4.781	-	-	-	-	4.781
Arrendamentos ⁽¹⁾	8	8	85	189	98	388
TOTAL	4.789	8	85	189	98	5.169

(1) Informações apresentadas em valor nominal.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pelas suas PCHs. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das PCHs, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

19. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		5.159	-	5.159	2.542	-	2.542
Investimentos temporários	19.2	8.572	(758)	7.814	5.349	(25)	5.324
Consumidores e revendedores		3.239	-	3.239	2.503	-	2.503
Ativo financeiro da concessão	19.1	-	9.558	9.558	-	10.954	10.954
Tributos compensáveis		5	-	5	-	-	-
Outros ativos	19.2	20	757	777	142	26	168
		16.995	9.557	26.552	10.536	10.955	21.491
Bens destinados à alienação		7.163	(7.163)	-	-	-	-
Ativo não circulante mantido para venda		6.527	16.898	23.425	-	-	-
TOTAL DO CIRCULANTE		30.685	19.292	49.977	10.536	10.955	21.491
NÃO CIRCULANTE							
Investimentos temporários		2.947	-	2.947	-	-	-
Tributos compensáveis		255	-	255	229	-	229
Depósitos vinculados a litígios		-	-	-	-	-	-
Ativo financeiro da concessão	19.1	-	59.501	59.501	-	71.689	71.689
Imobilizado		57.734	-	57.734	56.723	-	56.723
Intangível	19.1	35.444	(35.230)	214	44.370	(44.154)	216
Direito de uso		274	-	274	409	-	409
Outros ativos		43	-	43	70	-	70
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		96.697	24.271	120.968	101.801	27.535	129.336
ATIVO TOTAL		127.382	43.563	170.945	112.337	38.490	150.827

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Fornecedores		4.781	-	4.781	3.033	-	3.033
Encargos setoriais	19.3	89	(1)	88	237	-	237
Impostos taxas e contribuições		684		684	542		542
Imposto de renda e contribuição social		89	-	89	121	-	121
Dividendos		8.507	-	8.507	-	-	-
Convênio de compartilhamento		197	-	197	174	-	174
Passivo de arrendamentos		89	-	89	92	-	92
Outros passivos circulantes		52	-	52	51	-	51
TOTAL DO CIRCULANTE		14.488	(1)	14.487	4.250	-	4.250
NÃO CIRCULANTE							
Fornecedores		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		706	-	706	409	-	409
Impostos, taxas e contribuições		705	-	705	614	-	614
Imposto de renda e contribuição social		729	-	729	506	-	506
Passivo de arrendamentos		209	-	209	334	-	334
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		-	-	-	10	-	10
Outras obrigações		23	-	23	20	-	20
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.372	-	2.372	1.893	-	1.893
TOTAL DO PASSIVO		16.860	(1)	16.859	6.143	-	6.143
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		60.595	-	60.595	60.595	-	60.595
Reservas de lucros	19.1	49.927	43.564	93.491	45.599	38.490	84.089
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		110.522	43.564	154.086	106.194	38.490	144.684
PASSIVO TOTAL		127.382	43.563	170.945	112.337	38.490	150.827

c) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA		30.499	3.314	33.813	29.046	2.620	31.666
Fornecimento de energia elétrica		-	-	-	259	-	259
Suprimento de energia elétrica		27.469	-	27.469	20.748	-	20.748
Energia elétrica de curto prazo		3.020	-	3.020	478	-	478
Amortização do ativo financeiro	19.1	-	(11.960)	(11.960)	-	(11.533)	(11.533)
Atualização do ativo financeiro	19.1	-	15.274	15.274	-	14.153	14.153
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		10	-	10	7.561	-	7.561
TRIBUTOS		(1.283)	-	(1.283)	(1.106)	-	(1.106)
PIS/Pasep		(219)	-	(219)	(193)	-	(193)
Cofins		(1.013)	-	(1.013)	(865)	-	(865)
ICMS		(51)	-	(51)	(48)	-	(48)
ENCARGOS – PARCELA “A”		(623)	-	(623)	(423)	-	(423)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(285)	-	(285)	(230)	-	(230)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(234)	-	(234)	(140)	-	(140)
Taxa Fiscalização Serv. Energia Elétrica – TFSEE		(104)	-	(104)	(53)	-	(53)
RECEITA LÍQUIDA		28.593	3.314	31.907	27.517	2.620	30.137
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA “A”		(3.877)	-	(3.877)	(3.191)	-	(3.191)
Encargos de uso da rede de distribuição		(3.874)	-	(3.874)	(2.951)	-	(2.951)
Energia elétrica comprada para revenda		(3)	-	(3)	(240)	-	(240)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		24.716	3.314	28.030	24.326	2.620	26.946
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA “B”		(11.664)	1.760	(9.904)	(10.553)	2.007	(8.546)
Pessoal e administradores		(554)	-	(554)	(408)	-	(408)
Materiais		(304)	-	(304)	(335)	-	(335)
Serviços de terceiros		(7.940)	-	(7.940)	(7.167)	-	(7.167)
Depreciação e amortização	19.1	(2.724)	1.760	(964)	(2.287)	2.007	(280)
Amortização direito de uso		(79)	-	(79)	(65)	-	(65)
Subvenções e doações		-	-	-	-	-	-
Outros custos operacionais		(63)	-	(63)	(291)	-	(291)
RESULTADO DA ATIVIDADE		13.052	5.074	18.126	13.773	4.627	18.400
Resultado financeiro		1.252	-	1.252	2.517	-	2.517
Receitas financeiras		1.346	-	1.346	2.719	-	2.719
Despesas financeiras		(94)	-	(94)	(202)	-	(202)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		14.304	5.074	19.378	16.290	4.627	20.917
Despesa com tributos sobre o lucro		(1.469)	-	(1.469)	(1.753)	-	(1.753)
Resultado líquido		12.835	5.074	17.909	14.537	4.627	19.164

d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2024	2023
Patrimônio líquido societário	154.086	144.684
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Bonificação pela outorga – Ajuste aporte de acionistas	(1.570)	(1.570)
Bonificação pela outorga – Ajuste resultado	(41.993)	(36.919)
Operações de arrendamento mercantil	(1)	(1)
Patrimônio líquido regulatório	110.522	106.194

e) Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2024	2023
Lucro líquido societário	17.909	19.164
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Bonificação pela outorga	(3.314)	(2.620)
Amortização - Ativo intangível	(1.760)	(2.007)
Total dos ajustes de práticas contábeis	(5.074)	(4.627)
Lucro líquido regulatório	12.835	14.537

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes para alguns itens do balanço e da demonstração de resultado.

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Financeiras Societárias são como segue:

19.1. Bonificação pela outorga

Na contabilidade societária, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão, registrados como Atualização do Ativo Financeiro. Os valores recebidos são reconhecidos como Amortização do Ativo Financeiro constituído.

Na contabilidade regulatória, a bonificação pela outorga foi reconhecida como um ativo intangível, a ser amortizado durante o período da concessão. Os valores recebidos são reconhecidos como receita.

O valor do aporte dos acionistas apresentou diferença entre os valores societários e regulatórios em função das diferenças de critérios contábeis relacionados a bonificação de outorga, no período de janeiro a maio de 2016, registrados originalmente nas demonstrações financeiras da Controladora. Tais diferenças geraram redução no patrimônio líquido na contabilidade regulatória, e o valor líquido deste impacto está devidamente demonstrado na DMPL.

19.2. Investimentos temporários

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos vinculados devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados em fundos vinculados.

19.3. Serviços em curso - Serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos

financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com a técnica de funcionamento 7.2.98 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária esses valores são compensados com o passivo e apresentados pelo líquido em encargos setoriais, considerando a sua expectativa de realização.

19.4 Bens destinados à alienação

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens destinados à alienação devem ser apresentados em conta específica, em observância à técnica de funcionamento 7.2.29 do MCSE.

Na contabilidade societária, estes valores são apresentados como parte do saldo de ativos classificados como mantidos para venda.

20. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo dos bens destinados à alienação, mensurados a valor justo, é como segue:

	2024	2023
Imobilizado e Intangível - Usina	13.690	-
	13.690	-

Transferência onerosa de 4 PCH/UHEs

Em 1º de abril de 2024, foi publicado edital para realização de leilão público presencial, a ser conduzido pela B3, visando à transferência onerosa do direito de exploração dos serviços de geração de energia elétrica de 4 PCHs/UHEs, sendo uma 1 PCH da Cemig GT e 3 de suas subsidiárias integrais, conforme segue:

Empresa/Usina	Tipo	Início da operação	Potência instalada (MW) ¹	Garantia física (MWm) ¹	Vigência	Situação operacional	Local
Cemig GT							
PCH Machado Mineiro	Autorização	1992	1,7	1,1	Maio, 2027	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Leste							
UHE Sinceridade	Concessão	1963	1,4	0,4	Março, 2047	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Sul							
UHE Marmelos	Concessão	1915	4	2,7	Janeiro, 2053	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Oeste							
UHE Martins	Concessão	1950	7,7	1,8	Janeiro, 2053	Operação	Minas Gerais
Total			14,8	6,0			

Conforme CPC 31, a classificação de ativos como mantidos para venda deve ser realizada quando do início de uma programa firme para conclusão do plano de alienação. Em abril de 2024, foi realizada a classificação como mantidos para venda.

Durante as atividades preliminares para preparação do leilão, foi realizada a avaliação dos ativos, a qual apurou um valor mínimo de R\$29,1 milhões para o lote único das usinas. Essa avaliação foi

realizada por meio do método do fluxo de caixa descontado, considerando as usinas de forma individualizada, e pela avaliação patrimonial dos terrenos.

Em 27 de junho de 2024, a CEMIG GT suspendeu o leilão. A suspensão ocorreu pela ausência de apresentação de propostas, conforme edital publicado. Em 23 de setembro de 2024 a controladora reavaliou o projeto, visando atender às diretrizes do seu planejamento estratégico de perseguir a otimização do portfólio de ativos, sua eficiência operacional e a alocação de capital e republicou, o leilão na B3 com previsão para realização do leilão em 05 de dezembro de 2024, conforme cronograma do Edital.

Em 5 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o leilão público na B3. O lance vencedor foi apresentado pela empresa Âmbor Hidroenergia LTDA no valor de R\$52 milhões, o que representa um ágio de 78,8% em relação ao preço mínimo de R\$29,1 milhões.

Em 20 maio de 2025, foi concedida tutela de urgência para suspender os efeitos do edital e do contrato dele derivado, pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, em ação popular movida contra o Leilão público de alienação das 4 PCHs/UHEs.

Em 23 de maio de 2025, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais suspendeu, até o trânsito em julgado da decisão de mérito, a liminar proferida nos autos da ação popular contra o edital e o contrato do leilão de alienação dos direitos de exploração de serviços de geração de energia das 4 usinas de pequeno porte.

Assim, a decisão restabelece os efeitos do Leilão realizado em 05/12/2024 para o desinvestimento das usinas de Machado Mineiro, Sinceridade, Martins e Marmelos.

A presente alienação está em linha com as diretrizes do Planejamento Estratégico da Cemig, que preconiza uma otimização do portfólio e uma melhor alocação de capital.

* * * * *

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC – MG -121.569/O-7

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 30 de junho 2025

Outorgada: Cemig Geração Oeste S.A.

Marco da Camino Ancona Lopes Soligo
Diretor- Presidente

Andrea Marques de Almeida
Vice-Presidente de Finanças e Relações com
investidores

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Phillipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador- CRC-MG-121.569/O-7

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.